

A indústria gaúcha em 2000: crônica de uma recuperação anunciada*

*Rubens Soares de Lima***

Após cinco anos apresentando crescimento positivo, ainda que com taxas bastante acanhadas, a indústria de transformação brasileira, em 1998, voltava a registrar queda em sua trajetória. Pressionada no mercado interno por uma série de fatores, como o acirramento da competição, o encolhimento da demanda, originário da estagnação salarial e do emprego, e por elevadas taxas de juros, a indústria nacional defrontava-se, por outro lado, com enormes restrições no *front* externo, dada a acentuada sobrevalorização cambial. A crise asiática, no segundo semestre de 1997, e da Rússia, em agosto do ano seguinte, foram o combustível que faltava para que os dados de produção física do IBGE acusassem uma retração de 2% do parque manufatureiro brasileiro em 1998. O agravamento da crise e a rápida deterioração dos principais fundamentos macroeconômicos levaram à desvalorização do real em janeiro de 1999.

Tendo em vista a sua importância como ponto de inflexão da política econômica do Governo, cabe refletir, mesmo que rapidamente, sobre algumas das conseqüências decorrentes desse acontecimento, que se entende constituir um dos elementos fundamentais para a compreensão da atual fase de crescimento da indústria nacional e da do Rio Grande do Sul. A primeira observação que ressalta desse episódio diz respeito ao formidável equívoco de avaliação em que incorreram os mais diversos analistas. Como enfatiza Antônio Barros de Castro, estes

* Análise desenvolvida com informações disponíveis até dezembro de 2000.

** Economista, Técnico da FEE e Professor da Unisinos.

O autor agradece as informações prestadas pelo Economista Nuno F. Pinto, às colegas Maria L. Calandro, Sílvia Campos e Maria Cristina Passos, pelas observações e sugestões à primeira versão do texto, e ao estagiário Eduardo Silva Provenzano, pelo apoio técnico na elaboração dos dados.

“(...) erraram grosseiramente, em regra, em suas previsões relativas à inflação de 1999. Os piores equívocos ficaram por conta de analistas externos (o Deutsche Bank previu inflação de 70%, enquanto o Citibank, por exemplo, previu recessão de 6%). Não cabe, contudo, esquecer que a postura oficial do governo brasileiro foi, até o dia da desvalorização, de que esta teria efeitos desastrosos sobre a inflação e tudo mais” (Castro, 1999).

De resto, é interessante notar que, mesmo os até então defensores da desvalorização, passaram a prever enormes dificuldades para a economia brasileira, baseados no argumento de que a sua oportunidade havia passado. Ainda que se possa atribuir certa pertinência a essa argumentação, posto que vários críticos da política econômica há muito tempo alertavam para a inviabilidade da manutenção da prática cambial do Governo, é impossível não reconhecer que a mudança do regime de câmbio tenha sido realizada com inegável sucesso e, ademais, é sempre problemático avaliar como os acontecimentos teriam se desenrolado em outras circunstâncias. Para os propósitos deste texto, o que importa é salientar algumas características e propriedades da economia brasileira, que ajudam a compreender o fato de a mesma ter enfrentado a desvalorização com relativa tranqüilidade e que, ao mesmo tempo, oferecem elementos para que se possa entender os motivos da atual fase de crescimento experimentado pelas indústrias nacional e estadual.

O primeiro ponto a ser referido é, evidentemente, o processo de reestruturação pelo qual vinha passando grande parte das empresas desde o início da década de 90. Como tem sido amplamente estudado, esse processo caracterizou-se, em larga medida, muito mais pelos seus aspectos de racionalização e reorganização, com o propósito de reduzir custo, do que por avanço em inovações em processos ou produtos. Entretanto, como é salientado em recente trabalho, o período 1995-98 correspondeu, também, a uma significativa retomada do investimento, podendo ser caracterizado como um “miniciclo de modernização” (Bieschosky, 2000). Ainda que em patamares bem inferiores aos da década de 70, as taxas de investimento fixo, nesses anos, representaram uma acentuada recuperação dos níveis verificados na primeira metade dos anos 90, sendo mesmo levemente superiores aos da década de 80. Via de regra, esses investimentos ocorreram com maior intensidade nos segmentos produtores de bens de consumo, tanto duráveis quanto não duráveis, e nos setores de metalurgia e siderurgia. Em direção contrária, aparecem os grupos de empresas produtoras de bens intermediários e de bens de capital.

O segundo ponto que favoreceu a transição de um período de alta apreciação cambial para a fase de pós-desvalorização diz respeito a um conjunto de

características da economia brasileira, que, com base em Castro (2000), pode, esquematicamente, ser apresentado da seguinte forma: (a) mesmo com forte elevação do coeficiente de importações — na indústria, de 5,9% para 19,3%, entre 1990 e 1998 —, esse percentual ainda era bastante baixo. Portanto, havia uma margem bem razoável para que as empresas pudessem absorver os custos decorrentes da importação; (b) particularmente, no que diz respeito à cesta de consumo da classe trabalhadora, era muito escassa a participação de produtos importados. Esse fato, juntamente com a retração do mercado de trabalho, contribuiu decisivamente para que não ocorresse a volta da indexação salarial; (c) o nível de endividamento das empresas e do setor bancário, nessa ocasião, era relativamente baixo, o que, de certo modo, amenizou o impacto da violenta elevação dos juros; (d) e, *last but not least*, convém sempre lembrar que o Brasil, ao contrário de outros países, nunca experimentou um processo efetivo de dolarização, circunstância que, evidentemente, restringiu, em grande medida, as repercussões da desvalorização.

Pelas razões expostas, pode-se concluir, como Barros de Castro, que

“(...) a desvalorização e o novo regime de câmbio recriaram em certa medida um quadro — tradicional na história deste país — em que o câmbio defende o balanço de pagamentos, ao invés de disciplinar ou punir os produtores domésticos. (...) O conjunto de mudanças detonado pela desvalorização aponta, pois, no sentido do restabelecimento de um certo grau de autonomia decisória na gestão da economia. Ou, pelo menos, libera a política econômica do imperativo de atuar pró-ciclicamente” (Castro, 2000, p.18).

Uma evidência bastante eloqüente a esse respeito é dada pela evolução das exportações. Mesmo com as condições adversas que marcam a atualidade do mercado externo e a defasagem de resposta que caracteriza a atividade do setor exportador, constata-se que as exportações, já no primeiro trimestre de 2000, haviam acusado, a preços constantes, um crescimento de 34,5% sobre igual trimestre de 1997.¹

Em suma, o que se pretende enfatizar nesta introdução é que, como grande parte das empresas havia se capacitado para enfrentar as adversidades de um mercado submetido à forte pressão competitiva, a desvalorização cambial significou uma folga para as suas estratégias de crescimento, bem maior do

¹ A esse respeito, ver Souza (1999).

que faziam supor várias das análises realizadas na ocasião. Aliás, mesmo que em 1999 ainda se tenha verificado uma queda de 0,63% na produção industrial brasileira, esta já era uma perspectiva apontada pelos **Indicadores Econômicos FEE** na avaliação do desempenho do primeiro quadrimestre daquele ano, onde se enfatizava que a evolução dos índices de produção física sugeria uma nítida inflexão na curva descendente que havia marcado a trajetória industrial de 1998 (Passos, Lima, 1999).²

Concluindo, apresenta-se a seguir um conjunto de indicadores que não só evidenciam a melhora do ambiente econômico para o crescimento da indústria nacional em 2000, como permitem, até mesmo, um certo otimismo na sua manutenção para o próximo período: (a) segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), as vendas industriais até outubro registraram crescimento acumulado de 10% em relação a igual período do ano anterior; (b) em igual período, as vendas de produtos manufaturados para o Exterior cresceram 23,7%; (c) segundo estimativa do IPEA, a taxa de investimento alcançou 20% do PIB no terceiro trimestre, apresentando crescimento continuado desde julho do ano passado, quando atingiu o nível de 18,2%; (d) em consonância com o crescimento dos principais indicadores de oferta agregada, o nível de utilização da capacidade instalada na indústria de transformação situou-se em 84,4% em outubro, segundo a Sondagem Conjuntural da FGV — a mesma sondagem aponta que 37% dos entrevistados afirmam estar aptos a expandir, sem problemas, a sua produção —, ressaltando-se que esse é o percentual mais elevado registrado pela pesquisa desde outubro de 1980 (Sond. Conj. Ind. Transf., 2000); (e) conforme o IBGE, até setembro, o emprego formal havia crescido pelo décimo-primeiro mês consecutivo, tendo, em contrapartida, ocorrido, pelo oitavo mês, o recuo do desemprego aberto; (f) finalmente, cabe referir a revisão, para baixo, da taxa de inflação, ocorrida na reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), realizada em 22.11.00, estabelecendo uma previsão de 6,15% para 2000 e 4,28% para 2001.

O registro positivo das informações anteriores não pode, porém, obscurecer a permanência de uma gama de dificuldades, que impedem qualquer profusão de fé na continuidade do crescimento industrial brasileiro no longo prazo. À guisa de ilustração, pode-se mencionar a vulnerabilidade do balanço de pagamentos e a persistência de dificuldades na balança comercial, a tensão originária da volatilidade dos preços do petróleo, os desdobramentos da crise da Ar-

² Esse movimento de reversão dos índices em direção a um comportamento de expansão era, particularmente, mais visível no caso da indústria gaúcha.

gentina e a própria indefinição dos rumos da economia americana, envolvida com sua atabalhoada eleição presidencial.

E, para não dizer que não se falou de responsabilidades domésticas, sempre é bom lembrar o quanto seria oportuno que as autoridades governamentais lograssem superar a inércia e viessem a oferecer, ao menos, uma orientação mais nítida para os rumos do desenvolvimento industrial do País.³

A forte recuperação da indústria nacional em 2000

Confirmando os sinais de recuperação já percebidos no segundo semestre do ano passado, a indústria brasileira alcançou, no período jan.-out./00, um crescimento de 6,6% em relação a igual período de 1999.⁴ Tendo em vista que, mesmo com entrada de uma base de comparação mais elevada, como é o caso dos últimos meses de 1999 (Gráfico1), os indicadores industriais têm mantido um ritmo relativamente constante de expansão, é bem provável que 2000 se situe entre os três melhores anos de crescimento industrial desde 1990. Desagregando-se essas informações pelos dois segmentos que compõem a indústria geral, observa-se uma expansão de 10,6% para a extrativa mineral, resultante do elevado ritmo de produção de petróleo e gás natural, e uma taxa de 6,1% para a indústria de transformação.

Na análise por categorias de uso, percebe-se um desempenho altamente positivo para todos os grupos industriais, exceção feita aos segmentos de semiduráveis e não duráveis de consumo, que apresentam uma queda de 1,2% (Tabela 1). Como se verá, posteriormente, o comportamento desfavorável desse conjunto de indústrias pode ser explicado, em grande parte, pela má performance da indústria de alimentos e da farmacêutica. O que chama atenção nesse nível de observação, entretanto, é o excelente crescimento verificado nos setores de bens de capital e de bens duráveis, com taxas acumuladas, até outubro, de,

³ Não se utiliza aqui o termo usual de política industrial para deixar claro que não se está reivindicando uma prática governamental nos moldes dos anos 70. Pretende-se, tão-somente, chamar atenção para o fato de que não pode deixar de ser preocupante constatar que, diante do déficit da balança comercial de US\$ 630 milhões em novembro, o maior desde janeiro de 1999, o Diretor de Política Econômica do Banco Central revele seu otimismo, afirmando que os investimentos realizados com capital externo serão suficientes para reverter essa situação em 2002 (Acordo..., 2000, p.A-12).

⁴ Índices da produção física IBGE.

respectivamente, 12,9% e 19,1%. No primeiro caso, o desempenho desse setor é muito significativo, pois traduz a retomada do investimento na economia e o impulso verificado nas vendas externas, que, segundo o IBGE, alcançaram uma taxa de 47,4% entre janeiro e setembro. Ainda com base nessa mesma fonte, verifica-se que a recuperação desse grupo de indústrias alcança, praticamente, todos os seus segmentos, com ampliação da produção de 21,5% em máquinas e equipamentos industriais, de 16,1% em máquinas e equipamentos agrícolas, de 24,0% em equipamentos para transporte e de 7,3% na produção de bens de capital de uso misto.

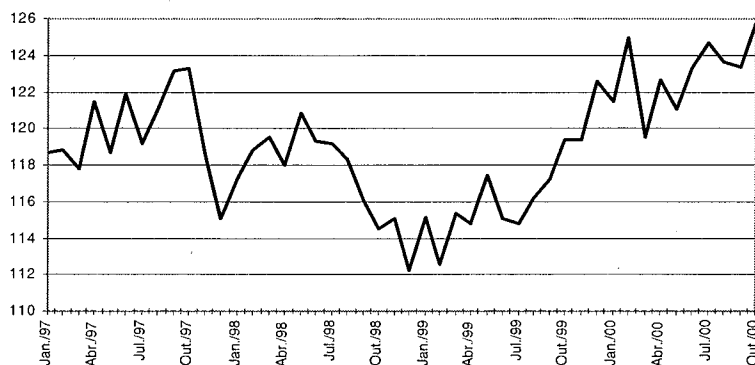
Chama atenção, igualmente, a reação das indústrias produtoras de bens duráveis após terem apresentado queda de produção de 19,6% em 1998 e de 9,3% em 1999. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), no acumulado jan./out. desse ano, as montadoras instaladas no País, produziram 1.133.949 automóveis, o que representou um aumento de 20,3%, em relação a igual período de 1999⁵ (Carta Anfavea, 2000). Essa expansão da produção reflete, de um lado, o crescimento de 14% nas vendas para o mercado interno, fruto da melhora das condições de crédito e, de outro, mostra o aumento de 45,9% nas exportações, mesmo com os conhecidos problemas enfrentados com a Argentina. Impulsionaram, também, a performance do segmento de bens duráveis as elevadas taxas de crescimento verificadas na produção de eletrodomésticos (20,9%) e de mobiliário (7,6%).

Como não poderia deixar de ser, a produção de bens intermediários acompanha o desempenho do setor de bens finais. Assim, como assinala o IBGE, o seu crescimento é explicado pela expansão de 35,1% em peças e acessórios para bens de capital e pelo aumento de 12,1% em autopeças, enquanto o subsetor de insumos industriais (siderúrgicos, petroquímicos, fertilizantes, etc.) registra uma taxa de 7,3%. Já a produção de embalagens, que se articula, mais estreitamente, com a produção de bens de consumo não duráveis, tem um desempenho bem mais acanhado, qual seja, 1,5%.

⁵ Note-se, todavia, que, ainda assim, os índices em 2000 não haviam recuperado o patamar de 1.585 mil automóveis produzidos em 1998.

Gráfico 1

Evolução mensal do índice da produção física da indústria geral brasileira — jan./97-out./00



FONTE: PRODUÇÃO física industrial; número índice (2000). Rio de Janeiro : IBGE. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 6 dez.

NOTA: Os índices têm como base a média de 1991 = 100, ponderação pelo **Censo Industrial de 1985** e ajustamento sazonal.

Tabela 1

Taxas de crescimento acumulado da produção física da indústria,
por categorias de uso, no Brasil — 1997/00

(%)

SEGMENTOS	ACUMULADO NO ANO (1)				ACUMULADO DE 12 MESES (2)
	1997	1998	1999	2000 (3)	2000 (3)
Bens de capital	4,81	-1,96	-9,10	12,88	12,46
Bens intermediários	4,60	-0,74	1,87	7,26	7,57
Bens de consumo	1,15	-5,41	-2,86	2,60	2,37
Duráveis	3,49	-19,57	-9,29	19,10	17,57
Semiduráveis e não duráveis	0,46	-1,08	-1,26	-1,17	-1,05
INDÚSTRIA GERAL	3,89	-2,03	-0,63	6,58	6,58

FONTE: PRODUÇÃO física industrial; número índice (2000). Rio de Janeiro : IBGE. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em: 6 dez.

(1) Os dados têm como base igual período do ano anterior = 100 (2) Os dados têm como base os últimos 12 meses anteriores = 100. (3) Disponível até outubro.

Um aspecto que chama atenção, quando se visualiza a evolução das taxas de crescimento industrial no decorrer de 2000, é a leve tendência de arrefecimento na intensidade das mesmas, principalmente no que diz respeito à indústria de transformação. De certa forma, isso era de se esperar, tendo em vista que, como já foi referido, a base de comparação fica mais elevada à medida que se avança para a segunda metade de 1999. Mas é importante, também, ter presente que o início do segundo semestre do corrente ano sinalizou algumas dificuldades para a economia brasileira, originadas, principalmente, do ambiente externo, como a questão dos preços do petróleo, a possibilidade de retração nas economias americana e japonesa e o agravamento da crise argentina. Essas considerações, inclusive, fizeram com que o próprio Copom, na ocasião, revisasse para cima a previsão de inflação e mantivesse, sem viés de baixa, a taxa Selic.

Essa situação refletiu-se no desempenho industrial, fazendo com que os índices dessazonalizados de produção física do IBGE mostrassem uma retração de 0,8% na passagem do mês de julho para o de agosto, seguida de queda de 0,2% em setembro. Entretanto, em outubro, tem-se uma forte reação na produção industrial, com um crescimento de 1,9%. Segundo o próprio IBGE, essa taxa, não só mais que compensa as reduções verificadas nos dois meses anteriores, como se constitui no segundo nível de produção mais elevado da série histórica dos índices, ficando 0,4% abaixo do patamar recorde observado em dezembro de 1994. Assim, tendo em conta que novembro e dezembro são meses que registram tradicionais aquecimento nas vendas, dificilmente poderá haver mudança mais significativa no comportamento altamente positivo da indústria brasileira.

Feita essa consideração inicial, passa-se ao exame da evolução dos gêneros que compõem a indústria de transformação. Desde logo, ressalta do exame da Tabela 2 que a reação industrial em 2000 ocorre de forma bastante generalizada, sendo que somente cinco gêneros, entre os 19 que são objeto de levantamento na pesquisa, apresentam desempenho negativo: couros e peles; farmacêutica; produtos de matérias plásticas; produtos alimentares; e fumo. Pela sua importância, torna-se necessário fazer algumas considerações em relação ao comportamento do gênero de produtos alimentares. Em princípio, tendo em vista o crescimento da economia e os sinais de recuperação no emprego, era de se esperar que a produção de alimentos apresentasse uma performance também positiva, ao invés da queda de 3,5% verificada no acumulado do ano. A própria Associação Brasileira da Indústria Alimentícia (Abia), ao final do primeiro semestre, previa fechar o ano com um crescimento de 7%, citando os juros baixos, a inflação sob controle e o aumento do volume de crédito como as causas principais para essa estimativa bastante otimista. (Fatores..., 2000, p.4). De certo modo, essa postura ratificava o clima de euforia que já se observava no início do ano, com a curva ascendente seguida pelo setor desde junho de 1999.

Tabela 2

Taxas de crescimento acumulado da produção física, por classes e gêneros
da indústria, no Brasil — jan.-out /00

(%)

CLASSES E GÊNEROS	JAN-MAR	JAN-JUN	JAN-SET	JAN-OUT
INDÚSTRIA GERAL	7,90	6,79	6,50	6,58
Indústria extrativa mineral	6,70	8,40	9,73	10,60
Indústria de transformação	8,04	6,61	6,15	6,14
Minerais não-metálicos	4,12	2,77	2,85	2,37
Metalúrgica	11,74	9,17	8,17	8,24
Mecânica	12,90	14,68	16,74	17,04
Material elétrico e de comunicações	8,88	10,30	10,55	11,53
Material de transportes	18,30	18,62	18,09	18,37
Madeira	11,65	8,38	5,59	4,52
Mobiliário	5,19	8,80	7,38	7,61
Papel e papelão	6,43	4,76	4,94	4,67
Borracha	16,82	15,28	15,27	14,00
Couros e peles	1,48	-1,79	-6,07	-6,84
Química	5,29	3,66	3,09	2,75
Farmacêutica	-7,45	-7,18	-4,34	-3,17
Perfumaria, sabões e velas	5,06	1,49	1,60	1,63
Produtos de matérias plásticas	-6,84	-5,95	-2,27	-2,03
Têxtil	11,86	8,84	7,31	6,78
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	11,46	7,22	6,95	6,88
Produtos alimentares	3,28	-1,31	-3,64	-3,50
Bebidas	9,11	5,69	4,28	3,98
Fumo	-21,56	-8,79	-7,58	-7,74

FONTE: PRODUÇÃO física industrial; número Índice (2000) Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em:
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em: 6 dez.

NOTA: Os percentuais refletem a variação do período em relação ao mesmo período do ano anterior.

Entre as explicações possíveis para essa reversão de expectativa, a primeira é meramente estatística, uma vez que a redução dos índices de produção física do IBGE reflete, em boa medida, o fato de que, desde o ano passado, essas indústrias vinham operando num patamar bastante elevado. Ao mesmo tempo, a indústria alimentícia, há algum tempo, vem tentando negociar suas margens de rentabilidade com o comércio. As dificuldades encontradas frente ao poder de barganha das grandes redes de varejo têm provocado constantes aumentos nos preços dos alimentos básicos, que, segundo o Procon/DIEESE, acumulavam alta de 2,5% em agosto e 1,2% em setembro (Indústria..., 2000, p.B-12). Associado à evolução negativa observada no rendimento médio real dos assalariados — que, por exemplo, na Região Metropolitana de Porto Alegre, registrava, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), uma taxa negativa de 1,9% no período dez./99-set./00 —, esse aumento dos preços provocou uma forte retração de demanda no setor de distribuição, que, nos supermercados do Rio Grande do Sul, se traduziu numa queda nas vendas, em junho, da ordem de 13% (Vendas..., 2000b, p.7; Inf. PED, 2000).

Dentre os gêneros que registram destaque positivo, vale mencionar, principalmente, o desempenho de mecânica, com crescimento de 17%, material elétrico e de comunicações com 11,5%, material de transporte com 18,4% e borracha com 14%, impulsionados, como já mencionado, pela articulação que mantêm com as performances dos segmentos de bens de capital e bens duráveis de consumo. Vale, também, apontar a recuperação de mobiliário, têxtil e, sobretudo, de vestuários, calçados e artefatos de tecido, após um longo período de enormes dificuldades.

Do ponto de vista da distribuição espacial da produção, nota-se a quase-generalização da retomada do crescimento, uma vez que somente três, entre os 10 estados pesquisados pelo IBGE, apresentam desempenho negativo, a saber: Pernambuco (-4,6%), Bahia (-2,5%) e Paraná (-2,4%) (Tabela 3). Nesse confronto, o grande destaque fica com o Rio Grande do Sul, que apresenta uma expansão de 9,6%, seguido do Ceará com 9,0%, sendo importante, também, assinalar a expressiva recuperação dos parques manufatureiros de São Paulo e Minas Gerais.

Tabela 3

Taxas de crescimento da produção física industrial geral em
estados selecionados e no Brasil — 2000

(%)

ESTADOS SELECIONADOS E BRASIL	OUTUBRO (1)	ACUMULADO DE 12 MESES (2)	ACUMULADO JAN-OUT (3)
Brasil	7,19	6,58	6,58
Pernambuco	-2,60	-4,84	-4,64
Bahia	-0,70	-1,49	-2,56
Ceará	-1,17	9,81	9,03
Espírito Santo	3,47	7,67	6,13
Minas Gerais	7,51	7,23	6,41
Rio de Janeiro	12,45	5,76	5,69
São Paulo	6,84	7,25	7,31
Paraná	-2,53	-3,76	-2,44
Santa Catarina	4,24	4,46	4,38
Rio Grande do Sul	7,10	10,11	9,62

FONTE: PRODUÇÃO física industrial; número índice (2000). Rio de Janeiro : IBGE.
Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em: 18 dez.

(1) Os dados têm como base igual mês do ano anterior = 100. (2) Os dados têm como base os últimos 12 meses anteriores = 100. (3) Os dados têm como base igual período do ano anterior = 100.

Indústria gaúcha: a consistente afirmação da recuperação iniciada em 1999

Os sinais de recuperação da atividade industrial em 1999, que, no âmbito do País, se faziam sentir de forma ainda bastante tímida, no caso do Estado, já podiam ser percebidos, de forma muito clara, por qualquer observador mais atento. Essa convicção, de resto, já era manifestada na análise do desempenho de 1999, ao enfatizar que:

“(...) as taxas mensais (comparando-se com o mesmo mês do ano anterior) registradas na indústria gaúcha (transformação e extrativa mineral) mostram uma tendência de melhora ao longo de todo o ano,

passando de negativas para positivas a partir de junho (à exceção de setembro) e dando continuidade a uma trajetória iniciada ainda no segundo semestre de 1998. Isto, de modo diverso da indústria brasileira, onde a recuperação se fez presente apenas a partir de agosto de 1999, quando a taxa de crescimento mensal se reduziu para -0,06%” (Calandro, Campos, 2000).

Mesmo nos limites em que se desenvolve essa análise, é possível extrair daí duas constatações importantes. A primeira diz respeito ao fato de que, ao longo da década de 90, principalmente na sua segunda metade, a indústria gaúcha havia realizado um amplo processo de reestruturação que a havia capacitado para uma consistente fase de expansão. Como decorrência, é lícito deduzir que esse potencial de crescimento se encontrava travado pelas condições macroeconômicas que envolviam a economia brasileira. A segunda observação é bem mais consensual e somente reafirma a importância do mercado externo na dinâmica de crescimento do Rio Grande do Sul, explicitando o significado da mudança cambial como elemento explicativo para a retomada do crescimento da indústria rio-grandense.

A análise da FIERGS, de algum modo, sintetiza essas observações no seu Balanço Econômico 2000, ao afirmar que:

“Os fatores principais — taxa de câmbio e juros — que influíram favoravelmente na economia brasileira ao longo deste ano também produziram na economia gaúcha efeitos relativamente ainda mais positivos. Isto decorre do fato de que temos uma forte vocação exportadora — sem dúvida, muito mais pronunciada entre nós do que nas demais regiões do País — e, de outro lado, porque na estrutura produtiva do Rio Grande do Sul predominam pequenas e médias empresas com sérios problemas de capitalização.

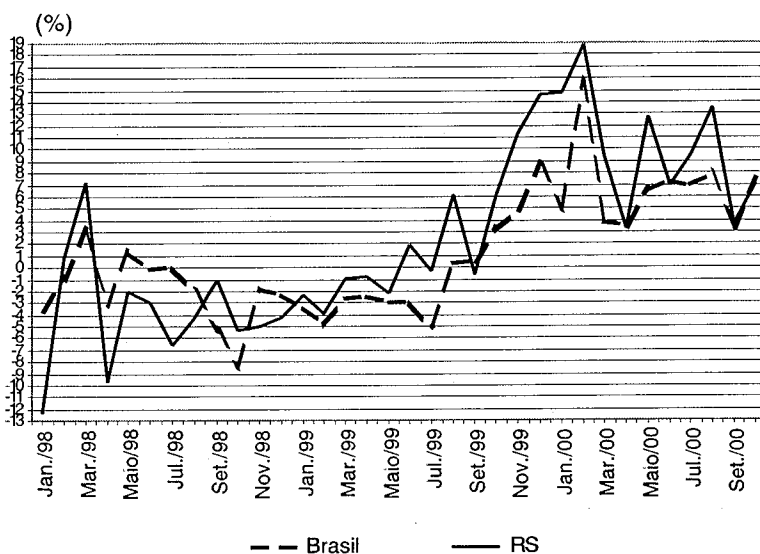
“No caso do Rio Grande do Sul, além da queda das taxas de juros e do aumento significativo das exportações, há ainda que considerar uma terceira fonte importante de crescimento que vem tendo um impacto extremamente significativo sobre a renda estadual. Trata-se do efeito multiplicador decorrente do processo de maturação dos investimentos iniciados em anos passados” (Balanço..., 2000).

Como resultado desse processo, a indústria gaúcha não só apresentou uma recuperação precoce em relação ao Brasil, como tem registrado, quase sistematicamente, taxas de crescimento superiores às médias nacionais (Gráfico 2). Assim, em outubro, os principais indicadores industriais do IBGE volta-

ram a apontar forte ampliação da produção fabril no Estado. Nos dados mensais, tem-se um crescimento de 9,6%, sendo este o décimo terceiro mês com registro positivo; no acumulado de 12 meses, a taxa é de 10,1%, e, no acumulado do ano, a expansão industrial atinge 9,6%. Pelo efeito de comparação com a base do ano anterior, percebe-se, claramente, uma diminuição na intensidade do crescimento ao longo do acumulado no ano (primeira coluna da Tabela 4), enquanto, no acumulado em 12 meses, essa tendência ocorre, exatamente, em sentido contrário (segunda coluna da Tabela 4).

Gráfico 2

Taxas de crescimento da produção física da indústria geral
no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./98-out./00



FONTE: PRODUÇÃO física industrial; número índice (2000). Rio de Janeiro : IBGE.
Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em: 4 dez.

NOTA: Os percentuais refletem a variação do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Tabela 4

Taxas acumuladas de crescimento da produção física
da indústria do RS — jan.-out./00

(%)

MESES	ACUMULADO NO ANO (1)	ACUMULADO EM 12 MESES (2)
Janeiro	14,76	3,39
Fevereiro	16,84	5,01
Março	13,84	5,95
Abril	10,83	6,33
Maió	11,25	7,70
Junho	10,46	8,15
Julho	10,30	9,01
Agosto	10,72	9,66
Setembro	9,92	10,03
Outubro	9,62	10,11
Novembro	-	-

FONTE: PRODUÇÃO física industrial; número índice (2000). Rio de Janeiro : IBGE.

Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em: 18 dez.

(1) Os dados têm como base igual período do ano anterior = 100. (2) Os dados têm como base os últimos 12 meses anteriores = 100.

A atual fase de expansão industrial revela, por outro lado, uma alteração importante na forma segundo a qual ocorre esse crescimento. Na verdade, como tem sido objeto de várias análises, os anos 90 haviam se caracterizado como um período em que o crescimento industrial se dava sem aumento do emprego e, inclusive, em alguns casos, com diminuição de mão-de-obra. Na atual conjuntura, essa tendência parece haver se modificado, pois, em 2000, o setor tem sido o principal responsável pela recuperação do emprego na região metropolitana, com um crescimento de 10% no nível de ocupação entre dezembro de 1999 e outubro do ano seguinte, contra uma taxa de 2,6% verificada para o total das atividades econômicas (Inf. PED, 2000, p.10).

Portanto, mesmo nos limites em que se desenvolve esta análise, é lícito supor que o setor industrial já tenha atravessado a fase mais aguda de ajuste, realizado, em larga medida, com base no enxugamento da mão-de-obra. Desse modo, se estará recuperando uma correlação mais estreita entre crescimento e emprego industrial, que havia se perdido nos últimos anos. A se confirmar tal suposição, este será um fator fundamental para o encaminhamento de uma das

questões sociais mais graves da atual conjuntura. Ressalve-se, porém, que parece fora de propósito esperar que o setor industrial possa retomar o papel de absorvedor de força de trabalho que historicamente desempenhou no passado.

O desempenho segundo os gêneros industriais

Após ter apresentado, em setembro, pequena diminuição na intensidade de seu crescimento, a indústria de transformação do Estado voltou a registrar significativa expansão em outubro, com uma taxa de 7,20% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Esse incremento na produção reflete o desempenho positivo de 12 dos 19 gêneros que compõem a amostra do IBGE. Os grandes destaques ficam por conta de mecânica (38%), fumo (34,5%) e material elétrico (22%). O primeiro e o último somente confirmam as suas trajetórias no ano, enquanto a produção de fumo, que se constitui num dos poucos casos de desempenho negativo, reflete os impactos favoráveis da colheita da safra.

No acumulado do ano até outubro, a trajetória de seis gêneros industriais chama atenção pela magnitude do crescimento: mecânica (22,15%); material elétrico e de comunicações (23,1%); material de transporte (32,5%); borracha (22,5%); química (13,28%); e perfumaria, sabões e velas (11,2%) — Tabela 5. Dentre estes, cabe, inicialmente, um comentário sobre mecânica e química, que respondiam, em 1999, por aproximadamente 26% do valor da indústria de transformação no Rio Grande do Sul.

No que se refere à mecânica, é importante ter presente que esse é um segmento industrial que, no âmbito estadual, é fortemente influenciado pela produção de máquinas e implementos agrícolas, a qual, por seu turno, tem seu comportamento estreitamente vinculado a fatores conjunturais, como o resultado da safra agrícola, o nível dos preços dos produtos agrícolas e, principalmente, às condições de financiamento. Fruto dessas circunstâncias, a trajetória desse gênero tem sido marcada por constantes e bruscas oscilações. As elevadas taxas de crescimento fornecidas pela Anfavea para 2000 espelham bem esse tipo de comportamento. Na comparação de outubro de 2000 com igual mês de 1999, tem-se um acréscimo de 70,96% no número de unidades produzidas de tratores de rodas e de 38,11% em colheitadeiras, produtos nos quais o Estado tem expressiva participação. Para o acumulado jan./out., esses percentuais são, respectivamente, 25,27% e 3,06% em relação a igual período do ano passado (Carta Anfavea, 2000). Ao mesmo tempo, ressalta a importância do mercado externo na alavancagem do setor, tendo as exportações de tratores de rodas apresentado um crescimento de 78,86% e as de colheitadeiras, 8,35% (Ibid., 2000).

Tabela 5

Taxas de crescimento acumulado da produção física, por classes e gêneros
da indústria, no RS — jan.-out./1999-00

(%)

CLASSES E GÊNEROS	OUT/00 (1)	ACUMULADAS NO ANO (2)				
		Jan.-Out. 1999	2000			
			Jan.-mar.	Jan.-jun.	Jan.-set.	Jan.-out.
Indústria geral	7,10	0,37	13,84	10,46	9,92	9,62
Indústria extrativa mineral	-24,04	16,38	33,52	13,96	12,86	9,42
Indústria de transformação	7,20	0,32	13,77	10,45	9,91	9,62
Minerais não-metálicos	-6,49	-0,44	3,58	6,56	5,88	4,55
Metalúrgica	2,45	8,34	12,00	4,59	2,01	2,05
Mecânica	38,29	-14,20	11,37	12,55	20,07	22,15
Material elétrico e de comunicações	21,99	1,76	26,15	24,42	23,26	23,12
Material de transportes	20,57	-8,65	26,98	33,08	33,93	32,49
Madeira	0,34	3,30	0,97	-0,07	-1,23	-1,06
Mobiliário	-0,50	-6,64	19,11	18,33	9,33	8,17
Papel e papelão	1,79	2,05	-1,64	0,32	4,20	3,94
Borracha	20,78	10,08	25,79	18,71	22,73	22,52
Couros e peles	-11,45	-7,44	0,01	-4,30	-7,30	-7,72
Química	-4,39	1,55	26,61	22,68	15,90	13,28
Perfumaria, sabões e velas	13,59	18,85	32,26	21,76	10,93	11,20
Produtos de matérias plásticas	3,08	11,00	4,98	-1,28	-2,37	-1,80
Têxtil	0,52	3,71	26,95	14,14	5,06	4,61
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	20,61	0,27	4,89	-0,41	2,64	4,61
Produtos alimentares	-5,77	-1,62	8,46	3,11	3,45	2,49
Bebidas	-3,42	30,34	19,64	4,66	1,21	0,81
Fumo	34,46	26,52	-19,32	-8,18	-6,60	-6,46

FONTE: PRODUÇÃO física industrial; número índice (2000). Rio de Janeiro : IBGE. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>
Acesso em: 18 dez.

(1) Os dados têm como base igual mês do ano anterior = 100. (2) Os dados têm como base igual período do ano anterior = 100

Grosso modo, as razões para o dinamismo desse setor residem na substancial melhora nas condições de financiamento disponibilizado para a agricultura, através do programa Moderfrota, com a liberação de R\$ 1,06 bilhão para tratores e colheitadeiras e da alocação de crédito do Finame para a aquisição de implementos agrícolas no valor de R\$ 800 milhões (Vendas..., 2000a, p.42). No que tange às exportações, vale mencionar, também, as estratégias de internacionalização da produção, principalmente no Mercosul, adotadas pelas empresas multinacionais, que, na atualidade, dominam esse campo de atividade.⁶

Em termos de perspectivas, pode-se dizer que a previsão de aumento da safra brasileira e a tendência de elevação dos preços agrícolas, juntamente com a possibilidade de manutenção da política de crédito, são indicativos bastante fortes para que se possa crer na continuidade do crescimento desse segmento industrial em 2001.

A indústria química, já em meados de 1999, apresentava sinais de franca recuperação. Como era assinalado na análise do desempenho de 1999, a sua trajetória vem sendo reflexo da ampliação da central de matérias-primas da Companhia Petroquímica do Sul (Copesul) e dos investimentos realizados em plantas da segunda geração, caso da Ipiranga Petroquímica da OPP, da Petroquímica Triunfo, da DSM e da Petroflex (Calandro, Campos, 2000, p.53). O gênero material elétrico e comunicações acompanha, com maior intensidade, o movimento de expansão que se verifica nesse segmento no País, fruto, em grande parte, do processo de privatizações ocorrido. Quanto a material de transporte, além das circunstâncias já mencionadas, que explicam o bom desempenho desse gênero no Brasil, no caso do Rio Grande do Sul, é necessário também referir, dada a sua importância no âmbito estadual, a contribuição oriunda da produção de caminhões, carrocerias e reboques. Além da implantação da fábrica da Navistar, em Caxias do Sul, esse segmento industrial comemora uma forte retomada das vendas. Como exemplo, pode-se apontar o caso da Agrale, que deve fechar o ano com um faturamento 75% superior ao de 1999, tendo as suas exportações, principalmente de caminhões leves e chassis para microônibus, registrado um aumento de 217% até novembro (Agrale..., 2000). Ao mesmo tempo, vale lembrar que, embora ainda não tenham sido contabilizados os efeitos diretos da venda de veículos pela fábrica da General Motors em Gravataí, o bom desempenho do gênero de material de transporte já reflete os estímulos que a entrada em operação dessa montadora trouxe para toda a cadeia automotiva implantada no Estado.

⁶ Sobre a estratégia das empresas multinacionais e as repercussões decorrentes para o comércio interfirmas, ver Benetti (2000).

Mobiliário e vestuário, calçados e artefatos de couro são outros dois gêneros que, pela importância na estrutura industrial do Estado, apresentam boa contribuição ao desempenho da indústria gaúcha, tendo o primeiro ampliado sua produção, no acumulado jan./out., em 8,17% e, o segundo, em 4,61%. Após viver um período de grande vitalidade na primeira metade da década de 90, o setor moveleiro gaúcho passou a enfrentar uma série de dificuldades, como excesso de oferta no mercado interno, custo da matéria-prima vinda das regiões norte e centro-oeste, encolhimento das exportações e violento assédio de outros estados, especialmente Minas Gerais, sobre as empresas do Rio Grande do Sul. Na realidade, além de inúmeros benefícios fiscais e isenções, o estado mineiro oferece também uma localização privilegiada, no que tange tanto à aquisição da matéria-prima quanto à facilidade de comercialização no grande mercado nacional. Como resultado, a indústria de mobiliário estadual, desde 1998, vinha apresentando redução em seu nível de produção, tendo encerrado 1999 com queda de 5,4%. Portanto, 2000 representa uma significativa retomada do crescimento desse gênero, impulsionado pelo incremento verificado nas vendas ao mercado externo, que, segundo a Associação da Indústria de Móveis do Rio Grande do Sul, devem crescer 35%, via programas de apoio, como o do Sebrae Export, e políticas específicas do Governo Estadual.

Vestuário, calçados e artefatos de couro, representado na região, basicamente, por calçados, tem enfrentado problemas de toda a ordem desde o início da década de 90, problemas que têm sido, aliás, amplamente analisados e discutidos em várias instâncias. A recuperação do setor calçadista, após a desvalorização cambial, nesse sentido, só realinha a convicção do decisivo constrangimento que a apreciação cambial representava para as empresas gaúchas, tendo em vista que em torno de dois terços de sua produção era direcionada para o mercado externo. Vale advertir, entretanto, que dificilmente se poderá esperar que essa indústria retome a importância que teve em anos anteriores, dada a entrada de outras regiões nessa atividade, que contam — além de mão-de-obra barata e toda sorte de incentivos — com a implantação de plantas recentes, que, via de regra, tendem a incorporar os avanços da tecnologia disponível.

Para finalizar, é interessante observar que, mesmo crescendo abaixo da média do Estado, a indústria alimentícia gaúcha, ao contrário da sua congênere nacional, chegou em outubro assinalando uma taxa positiva de 2,5%. Esse registro é altamente significativo, tendo-se em conta que esse segmento tem aumentado de forma muito expressiva sua participação na composição da taxa de crescimento do Estado. Na realidade, a produção de alimentos, que historicamente foi representada por empresas de origem familiar, de pequeno e médio

portes, passou por um intenso processo de internacionalização e centralização. Com isso, sua importância na estrutura industrial do Estado adquiriu crescente ponderação ao longo da última década, de tal modo que, em 1999, detinha, segundo estimativa do Núcleo de Contabilidade Social da FEE, 30% do valor da indústria de transformação.

Portanto, o desempenho assimétrico da indústria alimentar do Rio Grande do Sul *vis-à-vis* à nacional constitui-se numa das razões para que se compreenda a superioridade do desempenho fabril gaúcho em 2000. De maneira muito esquemática, a especificidade do comportamento positivo alcançado pela indústria de alimentos do Estado pode ser entendida a partir de dois tipos de argumentos. O primeiro, mais uma vez, é de cunho meramente estatístico e decorre do fato de a base de comparação do Estado, qual seja, o ano de 1999, ser bem mais deprimida do que a observável para o Brasil (Gráfico 3). O segundo diz respeito ao viés exportador do complexo agroindustrial gaúcho, à medida que possibilitou que alguns segmentos empresariais pudessem desfrutar de um mercado bem mais dinâmico do que a relativa estagnação em que se encontra o mercado interno. Um exemplo bem característico nesse sentido é o das empresas produtoras de cortes de frangos frigorificados, cujas exportações cresceram 29% no primeiro semestre de 2000 (Cresce..., 2000, p.B-18).



Concluindo, pode-se dizer que, de certo modo, os bons resultados da atividade manufatureira em 2000 já eram esperados, tendo em vista que, em meados de 1999, contrariando as previsões pessimistas feitas no imediato da desvalorização cambial, os sinais de recuperação da economia brasileira se tornavam cada vez mais evidentes. No caso da indústria gaúcha, esse processo de retomada do crescimento irá significar o registro de um dos seus melhores desempenhos desde o lançamento do Plano Real.

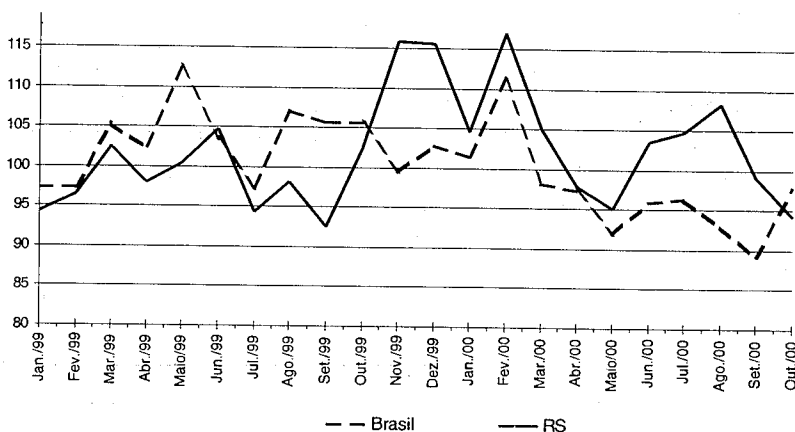
De maneira geral, as razões que explicam o crescimento elevado da produção fabril do Rio Grande do Sul são muito próximas das que subsidiam o movimento de expansão industrial no País. No caso estadual, entretanto, a mudança do regime cambial se fez sentir com maior intensidade, dado o expressivo coeficiente de exportação da economia gaúcha. Em larga medida, o câmbio mais favorável significou não só a alavancagem das exportações estaduais, como também contribuiu decisivamente para o aumento da competitividade das empresas regionais no mercado interno. Assim, ainda que o aumento do nível do emprego não se tenha traduzido em elevação da massa salarial e, conseqüentemente, não tenha ocorrido ampliação da demanda, alguns gêneros vinculados à produção de bens não duráveis de consumo lograram alcançar

desempenho positivo. Um exemplo nesse sentido é o da indústria têxtil, que, após um longo período de contração em seus níveis de produção, apresentou um crescimento de 4,6% no acumulado de janeiro a outubro.

Finalmente, é oportuno ter presente a necessidade de se qualificar a afirmação de que o Rio Grande do Sul retomou seu crescimento em cima de sua antiga matriz industrial. Na realidade, ainda que não tenha sido significativa a implantação de novos ramos industriais no Estado, exceção feita à fábrica da GM, não se pode esquecer que as empresas aqui instaladas passaram por um intenso processo de reestruturação e modernização ao longo da década de 90. Inclusive, em alguns dos ramos mais tradicionais da indústria gaúcha, como o de alimentos e de máquinas e implementos agrícolas, esse processo implicou internacionalização das mais expressivas empresas regionais, através da transferência de ativos ou da associação com o capital multinacional.

Gráfico 3

Índice de crescimento mensal da produção de alimentos
no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./99-out./00



FONTE: PRODUÇÃO física industrial; número índice (2000). Rio de Janeiro : IBGE.
Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em: 14 dez.

NOTA: Os percentuais refletem a variação do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior e ponderação pelo Censo Industrial de 1985.

Bibliografia

- ACORDO Chile/ EUA, déficit na balança comercial não preocupa o BC (2000). **Valor Econômico**, p.A-12, 4 dez.
- AGRALE comemora retomada do crescimento (2000). **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 23/25 dez. Automotor, p.2.
- BALANÇO econômico 2000 & perspectivas (2000). Porto Alegre : FIERGS. 12 dez. p.4. (Mimeo).
- BENETTI, Maria D. (2000). Reestruturação do agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul nos anos 90: concentração, centralização e desnacionalização do capital. In: FLIGENSPAN, Flavio B., coord. **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre : FEE.
- BIESCHOSKY, Ricardo, et al. (2000). Formação de capital no ambiente das reformas econômicas brasileiras dos anos 90: uma abordagem setorial. In: Baumann, Renato, org. **Brasil uma década em Transição**. Rio de Janeiro, Campus.
- CALANDRO, Maria Lucrécia, CAMPOS, Sílvia Horst (2000). O desempenho da indústria em 1999. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v.27, n.4, p.37-59.
- CARTA da ANFAVEA (2000). São Paulo : ANFAVEA, n.174, nov.
- CASTRO, Antonio B. de (1999). **Indústria: o crescimento fácil e a inflexão possível**. Rio de Janeiro. (Trabalho apresentado ao XI Fórum Nacional; mimeo).
- CASTRO, Antonio, B. de (2000). **Reavaliação do passado e discussões do futuro: uma perspectiva centrada no crescimento econômico**. (Trabalho apresentado ao XII Fórum Nacional; mimeo).
- CRESCE a exportação de frango (2000). **Gazeta Mercantil**, p.B-18, 27 jul.
- FATORES favoráveis estimulam o setor (2000). **Jornal do Comércio**, p.4, 7 ago.
- INDÚSTRIA recompõe margem de lucro (2000). **Valor Econômico**, p.B-12, 15 set.
- INFORME PED (2000). Secretaria da Coordenação e Planejamento; FEE, v.19, n.10, out.

PASSOS, Maria Cristina, LIMA, Rubens Soares de (1999). O desempenho da indústria no primeiro quadrimestre de 1999. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.27, n.2, p.59-70.

PESQUISA industrial mensal; produção física regional (2000). Rio de Janeiro : IBGE. Disponível em: <[WWW.URLhttp://ibge.gov.br/estatistica/indicadores/industria/pimpfregional/](http://www.ibge.gov.br/estatistica/indicadores/industria/pimpfregional/)> Acesso em: 16 dez.

PRODUÇÃO física industrial; número índice (2000). Rio de Janeiro : IBGE. Disponível em: <[WWW.URLhttp://sidra.ibge.gov.br/](http://sidra.ibge.gov.br/)> Acesso em: 16 dez.

REUNIÃO DO COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA, 53., Brasília (2000). **Nota**. Brasília : Banco Central do Brasil, 22 de nov.

SONDAGEM CONJUNTURAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (2000). Rio de Janeiro : FGV, v.34, n.137, 26 out.

SOUZA, F. Eduardo Pires de (1999). A política de câmbio do plano real (1994-1998): especificidades da âncora brasileira. **Revista Contemporânea**, n.5.

VENDAS de máquinas agrícolas cresce até 30% em 2000 (2000a). **Zero Hora**, Porto Alegre : RBS, 22dez. Campo e Lavoura, p.42.

VENDAS sofrem queda de 5,72% no semestre (2000b). **Jornal do Comércio**, p.7, 19 jul.